

Do traço da letra ao risco do desenho: uma forma de arquivar

From letter outlines to sketches: an archiving method

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO

Faculdade de Letras da Universidade Coimbra

Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC-UC)

coelhomh@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8030-4578>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/11/2017

Texto aprovado em / Text approved on: 26/05/2018

Este estudo é dedicado a dois arquivistas e amigos:

Maria José Mexia

Abílio Queirós (+2016)

Resumo:

O artigo que apresentamos versa sobre a arquivagem da documentação medieval. Ontem, como hoje, as instituições e os homens que lhes davam corpo sempre se confrontaram com o imperativo de preservar a sua memória escrita, mas não menos com o dever de tratarem a documentação para dela poderem dispor como um testemunho probatório e aproveitá-la de acordo com os seus diversos objetivos e múltiplas funcionalidades. Refletiremos neste estudo sobre estas vertentes da arquivagem medieval, atentando num caso muito singular e particular de uma casa monástica, concretamente o mosteiro de Pedroso. Trabalhou nesta

instituição um cartorário que utilizou um singular método de arquivagem, recorrendo a cotas alfabéticas e ideogramáticas, que, embora conhecido em tempos medievais, não era, no entanto, muito vulgar. Procurámos, então, sistematizar esses sinais ou símbolos, interpretá-los e descodificá-los, com vista a melhor percecionarmos o seu valor para o arquivista que os escreveu e desenhou nos pergaminhos do fundo documental da casa monástica a que por certo pertencia.

Palavras-chave:

Arquivo medieval; método de arquivagem; mosteiro de Pedroso; sinais e símbolos.

Abstract:

This article is about archiving medieval documents. In ancient times, as it happens nowadays, institutions and men who fleshed them out faced the requirement of preserving their written memory, but not less of keeping and processing their documents to have them available as substantiating witnesses and use them to serve various purposes and multiple functionalities. The way we shall reflect on these aspects of medieval archiving is to focus on the very peculiar case of a monastic house, the monastery of Pedroso. It happened to work in this monastery a registrar who

followed a unique archiving method based on both alphabetic and ideogrammatic shelf marks. This method, although known in medieval times, was not, however, very usual. We then tried to range and classify, interpret and decode those signs or symbols, to better perceive their relevance for the archivist who wrote and sketched them on the archival fonds' parchments of the monastery he presumptively belonged to.

Keywords:

Medieval archives; archiving method; monastery of Pedroso; signs and symbols.

São os arquivos lugares de memória. Lugares em que se guarda o rico património da memória fixada por escrito, tantas vezes acompanhada da estética do ornamento e da imagem que a emoldura e representa. Neles, e pensando sobremaneira nos arquivos de significativo pendor histórico, se conservam os *documenta-monumenta*, os instrumentos que nos ensinam (*docere+mentum*), os meios que nos lembram (*monere+mentum*)¹ as lições do passado, resgatadas do esquecimento pela perenidade da escrita². Neles se preservam os códices, os manuscritos em que a arte de escrever se alia tantas vezes à arte de iluminar e ornamentar, dialética rica de significantes e significados entre a escrita e o escrito e a representação iconográfica e iconológica.

Nos arquivos se encontram os arquivistas com as peças documentais, espólio que têm de preservar, arrumar e acessibilizar. Nos arquivos se encontram os historiadores com os atos humanos, na sua forma e conteúdo, que os desafiam à recontextualização e interpretação. Para ambos, os arquivos são lugares de encontro do ontem, no interpelante reencontro com o hoje.

Não negaremos que ainda nos nossos dias os arquivos históricos serão olhados por alguns como depósitos de velharias, de poeirentos papéis ou pergaminhos, de “naturezas mortas”, que não convidam ou estimulam à re-interpretação do passado, antes o relegam para as brumas de tempos longínquos. Para nós os arquivos sempre foram um lugar de estudo. Talvez o preferido. Pelo desafio que os velhos pergaminhos nos lançam, pelas contínuas respostas que nos dão às infindas interrogações que o nosso engenho lhes saiba colocar, pelo fascínio de, literalmente, apreendermos pelo tato e pela mente, o que nos foi legado pelos nossos antepassados.

Mas não foram menos um lugar de encontro. Desde logo com os homens e mulheres de outrora, que nos deixaram a memória das suas vidas, mas também com os homens e as mulheres de hoje, em particular os que neles trabalham e se esforçam tanto por resguardar tal riqueza como por divulgá-la³. Ainda e sempre

¹ A palavra documento tem na raiz o verbo *docere* (“fazer aprender”, “ensinar”) e o sufixo *mentum*, talvez derivado de “pensar”, com o sentido genérico de “intenção”, “processo”, “meio”, “instrumento”, e daí o significado original de ensinamento, lição, objeto que ensina. Não longe destes significados está o vocábulo monumento, com raiz no verbo *monere* (“chamar a atenção”, “advertir”, “lembrar”), logo reportando-se a tudo o que lembra o passado, convergindo assim os dois vocábulos num mesmo sentido.

² Na explicitação dos conceitos de memória e documento/monumento, que aqui nos interessam, veja-se Jacques Le Goff, “Memória” e “Documento/Monumento”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. I, *Memória-História*, Lisboa, INCM, 1984, p. 11-50, 95-106.

³ Não será, pois, com frases, mas com interiorizadas memórias, que evocaremos todo um percurso de investigação da minha carreira académica que sempre se cumpriu na Torre do Tombo, tendo a nosso lado para nos dar a conhecer fundos, fornecer pistas, confrontar ideias, mas, muito mais importante ainda, dividir bons e maus momentos da vida, a Dra. Maria José

com este espírito de sentida partilha, desejei escrever este trabalho. Ainda e sempre com este espírito de estimulante diálogo, cheguei a este trabalho. Que quer justamente falar da íntima relação entre os seres humanos e os documentos. E já em tempos de antanho.

1. A partir do momento em que os homens evoluíram das civilizações da oralidade para as da escrita, aprendendo a “domesticar” o seu pensamento e a perpetuar pela escrita as memórias do poder e do sagrado, tanto em materiais duros, da pedra aos metais, como nos mais flexíveis, do papiro e pergaminho ao papel, quiseram também preservar esses atos⁴. Se os “arquivos de pedra” eram mais duradouros, ainda que também ameaçados pelas forças naturais e humanas, os atos escritos, em suportes mais frágeis, viam-se particularmente ameaçados pelos agentes exteriores, dos climatéricos aos animais, e mais ainda pela incúria ou intento destruidor dos homens.

Desses males da perda e destruição se procuraram defender as diversas instituições e centros de poder, do religioso – cúria pontifícia, chancelarias monásticas, catedralícias e eclesiais, entre outras – ao civil, fosse o de reis e imperadores ou o de cidades e municípios, de universidades, de senhores e senhorios. A evolução dos arquivos desde a Antiguidade até aos nossos dias é já bem conhecida⁵, sabendo-se mesmo que foi na Grécia que nasceu esta nomenclatura, onde cada magistratura tinha os seus próprios arquivos, instalados no *archeion*, ou sede da magistratura⁶. Logo, os arquivos nasceram numa estreita ligação com o poder e as instituições e a arquivagem assumiu-se como um ato funcional, suporte do poder e da afirmação das instituições e garante da perenidade da sua memória.

Mexia, a quem dedicamos com toda amizade este caminho num Arquivo e este olhar sobre os documentos. Em simultâneo encontrámos no Arquivo da Universidade de Coimbra o mesmo estímulo e amizade nos Doutores Ana Maria Bandeira, a quem muito agradeço o apoio neste estudo, e Abílio Queirós. A este último, falecido em 2016, dedicamos igualmente este trabalho que teve a sua estreita e entusiasmada participação.

⁴ Para outros desenvolvimentos remetemos para a obra de Jack Goody, *Domesticação do pensamento selvagem*, trad. portuguesa, Lisboa, Ed. Presença, 1988 e para o artigo de Roland Barthes, Eric Marty, “Oral/escrito”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. II, *Oral/escrito, Argumentação*, Lisboa, INCM, 1987, p. 32-57.

⁵ Os trabalhos sobre arquivos, que abordam a sua longa história, são muitíssimos. Entre outros, salientamos os estudos de Jean Favier, *Les archives*, Paris, PUF, 1959, p. 9-37; Robert-Henri Bautier, “Les archives”, in *L’Histoire et ses méthodes*, dir. Charles Samaran, Paris, Gallimard, 1961, p. 1121-1138; Jacques Stiennon, “Considérations générales sur la bibliothéconomie et l’archivistique médiévales”, *Scriptorium*, 50: 2 (1996), p. 229-238; Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos, Manuel Luís Real, *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação*, Porto, Afrontamento, 1998, p. 45-201.

⁶ Jean Favier, *ob. cit.*, p. 10.

Os mais recentes trabalhos de paleografia e diplomática, que entre nós têm sido elaborados no âmbito de provas académicas e versando sobre instituições eclesásticas em tempos medievais, que agora sobretudo nos interessam, têm relevado, como parte da ciência da diplomática, o afã e cuidado a que as instituições se devotaram para escrever os seus códices e documentos e depois para os guardar, catalogar e conservar. Conhecemos então os espaços e agentes da escrita e os guardiães dos seus códices e documentos.

Numa catedral ou num mosteiro conviviam, mais individualizada ou conjuntamente, o *scriptorium* (lugar da escrita), o *archivum* ou *chartarium* (espaço em que se guardam os documentos) e o *armarium* (biblioteca), numa confluência de ofícios e saberes plurais da escrita que entre si se imbricavam e completavam. Se os escribas produziam cartas e documentos, conferindo aos atos em que estas instituições se envolviam a perenidade da escrita, também os “arquivistas” medievais, de designações várias, se preocupavam com a sua classificação, ordenação e preservação, tendo em vista o valor jurídico dos mesmos em caso de reivindicações e a sua utilidade na administração e relações com os poderes. E assim conservando os escritos, como não menos destruindo os que consideravam de escasso proveito, davam corpo a uma memória organizada e perpétua, capital simbólico e de poder a legar às gerações vindouras. Memória tão valiosa que as casas reais e algumas casas monásticas ou catedralícias resguardavam os escritos, quais preciosidades que ombreavam com as alfaías de ouro e prata, no espaço sagrado e secreto da tesouraria⁷.

Esta análise da custódia e arrumação identificada dos atos escritos esteve muito presente no trabalho de António Guerra. Com toda a sua entrega científica e meticoloso rigor deu-nos a conhecer como, nos séculos IX a XII, nas catedrais, igrejas e mosteiros, se dobravam as espécies pergamináceas, se fechavam com

⁷ Por exemplo, as funções específicas dos “tresoriers de nos privileges, chartae et registres”, concedidas por Carlos V a Gérard de Montaigu e a seus sucessores são analisadas por Olivier Guyotjeannin, “*Super omnes thesaurus rerum temporalium: les fonctions du Trésor des chartes du roi de France (XIV^e-XV^e siècles)*”, in K. Fianu e D. J. Guth (eds.), *Écrit et pouvoir dans les chancelleries médiévales: espace français, espace anglais, actes du colloque international de Montréal, 7-9 septembre 1995*, Louvain, 1997, p. 109-131; noutro estudo do mesmo autor são também detalhadas as competências arquivísticas medievais desse guarda do tesouro das cartas de Carlos V, Gérard de Montaigu, que elaborava minuciosos registos descrevendo a documentação régia, publicados por Olivier Guyotjeannin, “Un archiviste du XIV^e siècle entre érudition et service du prince: les *Notabilia* de Gérard de Montaigu”, in *Histoire d’archives: recueil d’articles offert à Lucie Favier par ses collègues et amis*, Paris, Société des amis des archives de France, 1997, p. 299-316. Sobre os antecedentes em longa duração do tesouro das cartas dos reis portugueses, que irá dar origem ao Arquivo da Torre do Tombo, leia-se Fernanda Ribeiro, *O acesso à informação nos arquivos*, Lisboa, FCG/FCT, 2003, vol. 1, p. 59-117.

tiras igualmente de pergaminho e como se identificavam num sintético sumário⁸. Por sua vez Saul Gomes, ao estudar a chancelaria crúzia conimbricense, historiou largamente o sentido e função dos arquivos e dos processos de arquivação em tempos medievais, para depois se fixar no caso concreto da salvaguarda dos documentos da canónica. Neles encontrou sumários e anotações de diversas mãos de “arquivistas” do século XII até à época moderna, que atentamente analisou, para depois pormenorizar esse especial modo de conservar as cartas que eram os cartulários, estudando, no caso vertente, o Livro Santo e o Livro de D. João Teotónio de Santa Cruz de Coimbra⁹.

2. Esta atenção mais recente dedicada à história da arquivística deixou-nos ainda mais sensibilizada para uma análise diplomática mais completa e envolvente dos atos escritos.

Percorriamos então o fundo documental do Mosteiro de Pedroso recolhido no Arquivo da Universidade de Coimbra para um estudo. Um fundo significativo de algumas centenas de cartas, que interpelaram os técnicos do arquivo que as conservava e a historiadora que as estudava. Foi neste olhar conjunto de técnicos experientes e amantes da sua profissão e do nosso, que permanentemente se revivifica no contacto com os atos escritos, que os documentos de Pedroso passaram a ser alvo de uma crítica interna e externa mais apurada¹⁰. Deixámos de olhar apenas o lado da carne do pergaminho, onde a *conscriptio* da *actio* se fixa nos seus cânones gráficos e de formulários, para atentar no lado do pelo, o reverso do documento. Neste vimos, então, diversos sumários ou anotações, bem demonstrativos do processo diacrónico e ativo da classificação e arrumação das espécies no mosteiro de Pedroso e, mesmo depois da sua extinção, noutros fundos em que a documentação se integrou.

Os mais recentes sumários deviam-se ao Padre Manuel Rosado Varela que, nos finais do século XVIII, foi lendo as “letras, e monumentos antigos do

⁸ António Joaquim Ribeiro Guerra, *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII. Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*, Lisboa, CHUL, 2003.

⁹ Saul António Gomes, In Limine Conscriptio. *Documentos, chancelaria e cultura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*, Viseu, Palimage, 2007, p. 241-445 e 1052-1076. Mas atente-se que qualquer instituição medieval tinha a mesma preocupação de guarda da sua memória escrita, desde logo as instituições concelhias (cfr. Maria Helena da Cruz Coelho, “Writing in urban world,” *História (S. Paulo)*, 34: 1 (jan/jun 2015), p. 16-34; Filipa Roldão, *A memória da cidade: escrita e poder em Évora (1415-1536)*, Évora, CIDEHUS, 2017).

¹⁰ Muitas foram as horas que passámos no Arquivo da Universidade de Coimbra a compulsar documentos e a submeter a maioria deles à lâmpada de raios ultravioletas para fazer avivar as suas letras e desenhos com o apoio dos citados Técnicos Superiores desse Arquivo, de quem somos devedora. Igualmente agradecemos todas as facilidades que nos ofereceram os Senhores Diretores do Arquivo.

Cartorio da Junta desta Universidade”, e após no verso das cartas um minucioso sumário¹¹. Na verdade, o mosteiro de Pedroso foi suprimido em 1560, pelo Cardeal D. Henrique, após a morte do último comendatário, vindo os seus bens a serem incorporados no Colégio das Artes de Coimbra, da Companhia de Jesus, passando deste, em tempos de Pombal, para a Universidade¹². Alguns documentos foram rubricados e anotados por membros do referido Colégio e mesmo pelo procurador da Companhia de Jesus, o Padre Diogo Veloso¹³, e ainda em tempos anteriores a documentação foi vista e analisada pelo humanista João de Barros¹⁴.

Mas neste longo devir classificativo e conservador da documentação do mosteiro de Pedroso, algumas outras notas e sumários, remetem-nos para o período da existência do mosteiro beneditino que, como quase todas as casas eclesiásticas, muito prezaria os seus atos escritos. Teve, pois, preocupações arquivísticas de conservação e guarda dos documentos, o que exigia que os mesmos fossem ordenados e arrumados. Daí que os sumários das cartas e sua classificação se sucedessem, pois era já prática intencional da época a manutenção das sucessivas anotações até como um suporte de memória arquivística¹⁵. Um sumário, em letra gótica cursiva, parece ser o mais antigo.

¹¹ O esclarecimento sobre o labor deste paleógrafo nos Pergaminhos do Arquivo da Universidade de Coimbra, cujo trabalho foi muitas vezes atribuído a João Pedro Ribeiro, deve-se ao estudo minucioso de Abílio Queirós, “Coleção de Pergaminhos”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 17-18 (1997-1998), p. 166-169.

¹² A data de 1560 para a anexação do mosteiro ao Colégio de Jesus, bem como as indicações sobre o trabalho de classificação dos documentos do seu cartório, colhem-se no estudo de José Mattoso, *O monaquismo ibérico e Cluny*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 32, e repetem-se em *Inventário. Ordens monástico/conventuais*, Lisboa, ANTT, 2002, p. 4. Veja-se também Bernardo Vasconcelos e Sousa, Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento. Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 59. Já A. G. da Rocha Madahil, “Documentos do Mosteiro de Pedroso”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 29 (1963), p. 304, aponta, para o mesmo acontecimento, a data de 1567.

¹³ Ruy de Azevedo, “A Coleção Especial do Arquivo Nacional da Torre do Tombo”, *Revista Portuguesa de História*, 3 (1947), p. 19-22.

¹⁴ Manoel Severim de Faria, *Notícias de Portugal*, Lisboa, Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740, p. 251; *Coleção de manuscritos inéditos agora dados à estampa*, vol. v, *Geographia da Comarca d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes* pelo Doutor João de Barros, Porto, Domingos Augusto da Silva, 1919, p. 41-43, referindo aí João de Barros: “achei alli (no cartorio do mosteiro) scripturas mui antigas...” (p. 42), referindo o teor de algumas que falavam de relíquias, de abusos dos fidalgos padroeiros e da posse de igrejas, quintas grandes e muitos casais pelo mosteiro.

¹⁵ Assim o diz expressamente D. Berardo ao arrumar e elaborar um repertório da documentação crúzia, em 1570: “este cartorio foi ja concertado per vezes e per diversos modos e pera se acharem as escrituras lhes punham letras do abece e numeros e as nom raspei quando o de novo concertei somente pus outras o que parece em algũa maneira embaraço, o que não <he> porque quem

Mostra-se sucinto, no geral apenas apresentando, como também é usual, uma indexação por terra (“carta de”, seguida do topónimo)¹⁶. Os outros, onde talvez se possam detetar duas ou três mãos, seriam da responsabilidade de cartorários dos finais do século xv e inícios do xvi e apresentavam-se algo mais desenvolvidos. Um deles, em particular, chamou a nossa atenção. Interpelou-nos. A par da escrita os nossos olhos prenderam-se a um desenho (Fig. 1). Primeiro pensámos que se tratava de um caso esporádico, para em seguida verificarmos que tal se repetia. Então deixámo-nos seduzir pelas imagens, indagando quantas e quais seriam, com que intenção teriam sido feitas e o que significavam, quem seria o seu autor¹⁷.

Lançámo-nos ao trabalho com o incentivo da novidade e o estimulante repto de continuamente refazermos o questionário. Investigámos com gosto e mesmo até com um certo sentido estético e lúdico. Na certeza de que tal investigação exigirá comparativamente outras mais, o que reputamos de muito válido. Na certeza ainda maior de que as primícias desta temática na historiografia portuguesa¹⁸ tem já estudos firmados na história da arquivística medieval de várias regiões da Europa, como os de Peter Ruck e Olivier Guyotjeannin¹⁹.

per este se ouver de reger busque na tal escritura a letra de que nelle faz menção e não cure das outras nem se raspem porquanto ficão servindo aos indez que dantes se fizerão e nom parece justo desfazer e extinguir a memoria de quem bem fez” (AUC, Mosteiro de Santa Cruz, índice do cartório, III – 1^a D –10 – 4 –54).

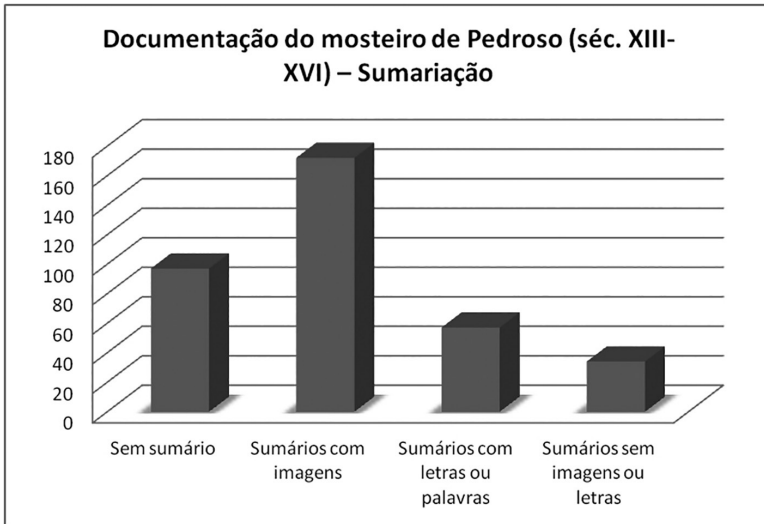
¹⁶ Cfr. para a documentação dos séculos ix a xii, António Joaquim Ribeiro Guerra, *ob. cit.*, p. 214-215; para os documentos crúzios, Saul António Gomes, In *limine...*, cit., p. 273-297; e ainda para os documentos de Alcobaça, Saul António Gomes, “ ‘Donationes Cvstodiantur: Donationes Serventvr’. Da memória e *praxis* arquivística do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça em tempos medievais”, *Humanitas*, 57 (2005), p. 245-269.

¹⁷ E desde logo verificámos que estávamos perante desenhos com sentido diferente daqueles que por vezes perpassam em inventários, códices, chancelarias, inquirições e documentação avulsa que se encontra espalhada pelos arquivos portugueses, e que esperam também um estudo, sejam mãos que apontam certas leituras ou figurações várias que podem ou não ilustrar ou dialogar com o conteúdo dos mesmos.

¹⁸ Quando apresentámos parte deste estudo oralmente numa reunião científica em 2016, o Dr. Pedro Pinto deu-nos a conhecer, o que vivamente lhe agradecemos, o estudo de António Machado de Assis de Pina Cabral, *Marcas arquivísticas do século xvi*, Coimbra, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1957, p. 5-13. Este autor, ao perpassar os documentos de Pedroso, apercebeu-se que os mesmos tinham marcas documentais (que desenhou nas páginas 6 e 7). Como não conhecemos este estudo antes de realizarmos o nosso, torna-se interessante verificar algumas coincidências nas nossas reflexões, que assinalaremos.

¹⁹ Ao estudar a correlação entre os cartulários e os inventários genoveses do século xiv, Peter Rück, no estudo “Notes sur les cartulaires de l’évêché (vers 1307) et sur les premiers inventaires des archives du chapitre (1334) et du comté de Genève (1337)”, *Bulletin de la Société d’Histoire et d’Archéologie de Genève*, 14 (1969), p. 185-203, refere-se a sinais à margem dos inventários (p. 198) e anota que em arquivos da Suíça normanda se encontram sistemas de cotas individuais alfabéticas, simbólicas e numéricas (p. 203). Mais desenvolvidamente no seu estudo

Gráfico 1 – Documentação do mosteiro de Pedroso (séc. XII-XVI) – Sumariação



Um a um percorremos 358 atos escritos do mosteiro de Pedroso do século XIII ao XVI, existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra. Desse total, 26,5% não possuía sumário da mão do cartorário que analisámos. Nos demais documentos um sumário simples surge-nos em 12, 9% dos atos, tendo os restantes um sumário acrescentado com desenhos (65,4%) ou um sumário associado a algumas letras ou palavra individualizadora, o que nos remete para um total de 229 documentos com sinais especiais. Esclareça-se que, nos sumários com desenhos, podem também, algumas vezes, conjuntamente aparecer letras.

Antes de atentarmos nos *signa*, caracterizemos o sumário do ato. No geral é sucinto, ainda que as mais das vezes enuncie a tipologia das cartas, que se apresenta, aliás, de natureza muito variada – apelação, apresentação, anexação,

L'ordinamento degli archivi ducali di Savoia sotto Amedeo VII (1398-1451), Roma, 1977 (separata de *Quaderni della Rassegna degli Archivi di Stato*, 48) alude à cota figurada alfabética, numérica e ideogramática em conexão com o conteúdo do documento (p. 148-153). Olivier Guyotjeannin, no estudo “La tradition de l'ombre: les actes sous le regard des archivistes médiévaux (Saint-Denis, XII^e-XV^e siècle)”, in Adam J. Kosto, Anders Winroth (eds.), *Charters, cartularies and archives: the preservation and transmission of documents in the medieval West, proceedings of a colloquium of the Commission Internationale de Diplomatie (Princeton and New-York, 16-18 September 1999)*, Toronto, Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2002, p. 81-112 dá também conta de tais práticas.

citação, confirmação, contrato, escambo, doação, empraçamento, inquirição, manda, prazo, procuração, protestação, sentença, venda – e discrimina o bem a que se reporta com a sua localização. Algumas vezes particulariza um pouco mais o conteúdo do documento e só muito esporadicamente refere a cronologia, como também, aqui e além, a língua em que está escrito, o seu estado de conservação ou a sua utilidade.

Nunca faltando o elemento topográfico, diríamos que estes sumários suportariam uma arrumação dos atos por terras, o que é comum neste período. Daí que nos cartulários, cópias dos documentos a que as instituições recorreram para preservar a memória dos atos escritos – muito mais suscetíveis de perda e danificação como avulsos – fosse no geral seguido o ordenamento geográfico, ainda que conjugado com outros²⁰, como também o era na classificação e inventariação dos fundos, como expressamente nos diz um cartorário quinhentista crúzio²¹. Ordenamento que exigiria – fosse como causa ou como consequência – uma prévia notificação dos topónimos, seguida da arrumação das cartas respeitantes a cada um deles, no geral por uma ordem cronológica de antiguidade, ainda que não muito rigorosa.

Em certos casos, porém, este cartorário escreveu um sumário um pouco mais desenvolvido, quando a natureza do documento era invulgar. Assim se lê num desses actos: “De como duas freyras de Samidi per autoridade e perdom do papa se sayrom e vyerom viver em Pedroso sob governança do dom abade que lhe deu terras e ellas lhe deram casas na Feyra que agora tem o mosteiro de Villa Cova. Parece que os dera despois Pedroso a Villa Cova per aceitar bem as freyras. Era 1340”²². O sumário tem data, o que, como dissemos, é muito raro, descreve esta invulgar fuga de freiras de um mosteiro e o seu acolhimento inicial numa instituição masculina.

Se este é talvez o sumário mais extenso, porque o assunto é incomum, os outros um pouco mais completos reportam-se também a cartas régias ou de

²⁰ Cfr., entre outros, Jacques Stiennon, “Considérations générales...”, p. 233-235; Saul António Gomes, In *limine...*, cit., p. 307-314.

²¹ Refere justamente o cartorário D. Berardo no citado repertório do cartório crúzio: “fiz este repertorio alfabetico pera que com menos despesa de trabalho tendo de algũa cousa delle necessidade a achasem e ordeney e devidi per regiões de terras, cidades, villas e luguares pondo cada huum delles distintos e apartados os huuns dos outros...” (AUC, Mosteiro de Santa Cruz, Índice do cartório III-1ª D – 10 – 4 - 54). Para pormenores sobre a sua classificação dos documentos, veja-se Saul António Gomes, In *limine...*, p. 1041-1043.

²² AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 75. Em causa estavam as freiras Goncinha Simões e Sancha Esteves, que se tinham desavindo com a abadessa Teresa Álvares e vieram a ser recebidas em Pedroso, ainda que depois passassem a Vila Cova. Rui Cunha Martins, na obra *Património, parentesco e poder*, Lisboa, Escher, 1992, p. 52-53 refere este caso através de uma nota de João Pedro Ribeiro, aproveitada até por Camilo Castelo Branco, mas não alude a este documento.

particulares com especial interesse para o mosteiro. Assim as emanadas pelos vários monarcas para dirimir a grave questão dos direitos dos padroeiros, que muito sobrecarregavam o mosteiro, onde se podem ler sumários similares a este: “Carta delrey dom Fernando que mandou taixar comedoria que os fidalgos aviam de aver no mosteiro”²³.

Mas descontando estas exceções à regra comum, os sumários vão, no geral, no sentido da contenção. Por vezes o cartorário não assinala sequer o tipo específico do documento, referindo-se apenas a “carta, stormento, título, traslado...”, quando não chega mesmo a escrever tão-só “de..., de como..., faz ao..., pertence a..., toca a...”²⁴, seguindo-se a localização do bem.

Imprecisão, mas também uma certa negligência, se lhe deteta. Por isso prefere às vezes deixar um comentário a desenvolver o sumário, como quando escreve: “Processo de sentença mui grande sobre as comedorias dos fidalgos no couto e mosteiro. Romanse”²⁵; “he hũa sentença antiga em lingoagem. Toca a quinta d’Alheyra”²⁶; “stormento sobre certa inquiriçom nom relevante”²⁷; “no couto falla. He mao de ler”²⁸; “intimaçom de hua appelaçom que releva pouco. Em latim”²⁹; “prazo roto da quinta da Lavandeyra”³⁰. Nestes sumários, com considerações sobre a língua, o estado e a utilidade do documento, este cartorário quase se acerca do limite, da fronteira entre o preservar e o destruir ou esquecer, atitudes que em pleno se associam na criação de um arquivo, de uma memória documental, que considera sobretudo as espécies com valor jurídico para a conservação do poder e das rendas e direitos.

Algumas vezes, porque não se detém a ler atentamente os documentos, sobretudo quando eles são grandes ou estão em mau estado³¹, apresenta sumários incorretos, tomando por exemplo o nome de uma terra pelo assunto³²,

²³ AUC, Pedroso, gav. 9, m 4, n. 203. Outro sobre a mesma matéria: “carta del rey dom A° que se nam façam penhoras pollas comedorias dos cavaleiros” (AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 109); ou ainda um outro: “como el rey dom Fernando despensou por hum ano as comedorias dos fidalgos no mosteiro” (AUC, Pedroso, gav. 9, m. 4, n. 209).

²⁴ AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 21; gav. 8, m. 2, n. 73.

²⁵ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 82.

²⁶ AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 16.

²⁷ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 122.

²⁸ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 157.

²⁹ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 32.

³⁰ AUC, Pedroso, gav. 11-A, m. 5, n. 129.

³¹ Note-se, porém, que o mau estado ou as dimensões dos documentos nunca foram obstáculo para o Padre Manuel Rosado Varela que, à distância de quatro ou cinco séculos dos atos, apresenta sempre sumários muito corretos e completos, sendo alguns extraordinariamente minuciosos.

³² AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 19; “escritura de certas cousas de capella scilicet souto leiras”. Trata-se na verdade de uma composição entre o mosteiro de Roriz e os moradores

trocando a tipologia do acto³³ ou chega até mesmo a aproveitar anteriores sumários, copiando-os ou dando-lhes apenas continuidade³⁴.

3 Todavia, este “arquivista”, que não parece ter grande vocação para sintetizar o conteúdo dos atos escritos, acrescenta à esmagadora maioria dos seus sumários, um desenho. Desenho que será sempre uma forma, uma imagem (*imago*), uma figuração em materiais diversos ou em textos, que o homem medieval tanto utilizou e valorizou³⁵.

Deparamos então com sinais e símbolos, de significantes e significados vários, para cuja descodificação teremos de convocar muitas vezes a imaginação, essa irmã gémea da razão, uma vez que os símbolos “estão no centro e são mesmo o coração dessa vida imaginativa”³⁶, como refere Jean Chevalier. Consciente ainda que tais signos são produto de um sujeito, carregando todas as suas heranças físicas, culturais e psicológicas, só o conhecimento amplo desse cartorário nos permitiria acercarmo-nos deles com alguma segurança, dado que não nos legou qualquer tabela de equivalências de tais sinais. Nada sabemos, porém, de tal homem, o que desde logo nos obriga a sermos cautelosa e a colocar todas as nossas observações sob a reserva de hipóteses.

Vejamos antes de tudo a qualidade dos desenhos deste cartorário. Trata-se de desenhos de grande simplicidade, esboçados ao correr da pena, e, na maioria dos casos, até com certa rapidez. Assim, certas figuras geométricas, que mimetizam os sinais dos tabeliães, são, como estes, apesar de nos parecerem complexos, desenhados nos enlaçados de uma só vez, sem ser necessário levantar a pena desde o início até à sua finalização³⁷ (Fig. 2). Outros, porém, exigiriam já o

desse couto e um particular devido à violência que este praticava em terras do couto, chamando-se uma delas “Souto de Capela” e daqui o erro.

³³ Refere no sumário que se trata de um prazo de um casal, quando na realidade está em causa uma venda (AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 24).

³⁴ Ao escrever o sumário “de como a igreja de Macieyra de Canbra pertence ao mosteiro de Pedroso”, vê-se que copiou um sumário mais antigo (AUC, Pedroso, gav. 9, m. 4, n. 266). Noutro documento estava o seguinte sumário anterior: “stormento de enplazamento que traz Gº Giraldez e Afonso Giraldez” e este cartorário acrescentou: “e he sentença em que se julgou ao mosteiro o casal da Lapa em terra da Feyra” (AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 150).

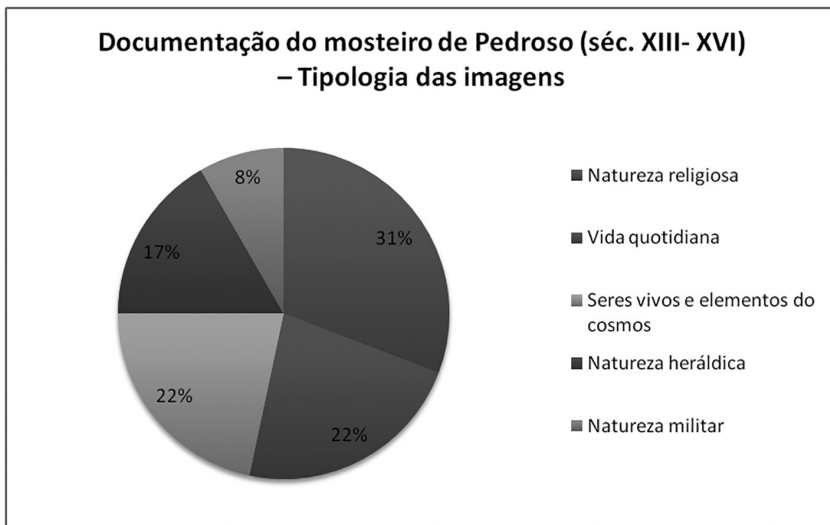
³⁵ Sobre o sentido, valor e função das imagens veja-se o artigo de Jean-Claude Schmitt, “Images”, in *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, dir. de Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, trad. bras., vol. II, S. Paulo, Imprensa Oficial SP-EDUSC, 2002, p. 591-605.

³⁶ Jean Chevalier, Alain Gheerbrant, *Dictionnaire des Symboles. Mythes, Rêves, Coutumes, Gestes, Formes, Figures, Couleurs, Nombres*, édition revue et augmentée, Paris, Robert Laffont/Jupites, 1982, p. V.

³⁷ Exemplo da figura do documento com a cota AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 176.

traçado de variadas linhas, havendo alguns deles de melhor risco e até a marca de um sentido, ainda que muito leve, de perspectiva.

Gráfico 2 – Documentação do mosteiro de Pedroso (séc. XII-XVI).
Tipologia das imagens



Um conjunto de desenhos (52), as mais das vezes geométricos, não nos fornecem uma imagem com suficiente inteligibilidade. Os demais agrupámos em cinco categorias – de seres vivos e elementos do cosmos; de natureza religiosa; de natureza militar; de natureza heráldica; de vida quotidiana. Predominam, como se comprova pelo gráfico, os desenhos de natureza religiosa, para em seguida se equipararem os que dizem respeito ao quotidiano ou aos seres vivos e meio ambiente. Logo, este cartorário desenhava os objetos e sinais da fé e culto cristãos com que estaria familiarizado, do mesmo modo que fazia apelo à vida comum e ao meio natural que o rodeava.

Mais especificamente diremos que entre os seres vivos representa apenas por duas vezes seres humanos, em alguns casos animais (7), como um rocim, um coelho, um caracol, uma ave, peixes (fig. 3) e uma cobra, e mais comumente vegetais (13), entre árvores e plantas (fig. 4). Na figuração que se reporta à vida quotidiana vemos alfaias agrícolas e engenhos (grade, pá, pipo, roda de azenha), objetos (potes, jarras, velas), construções (casas) (fig. 5) e meios de transporte, como barcos (fig. 6). Nos desenhos que se prendem com a religião entrevemos igrejas, cruces, mitras, báculos, cálices, com patenas e hóstias (fig. 7), e vieiras,

enquanto que aqueles que se referem ao militar dizem respeito a fortificações, torres e armas (fig. 8). Já os heráldicos são constituídos por brasões de traços muito esquemáticos³⁸.

Estes esboços não representam apenas o objeto em si mesmo, mas assumem-se, como se disse, como sinais ou símbolos, logo com todo um significado carregado de polissemias. Na verdade o símbolo, que se manifesta tanto em palavras e textos, como em imagens, objetos, gestos, rituais, crenças e comportamentos, é por natureza “proteiforme, polivalente e ambíguo”³⁹, como afirma Michel Pastoureau. Assim cruces e velas podem ser símbolos do sagrado, do divino, ainda que mesmo dentro desta esfera consintam diversas interpretações. Por sua vez os brasões e bandeiras são suscetíveis de se tomarem ambivalentemente como um emblema, sinal de identidade de um indivíduo ou grupo de indivíduos, ou como um símbolo, ligado a uma entidade abstrata, uma ideia, uma noção, um conceito.

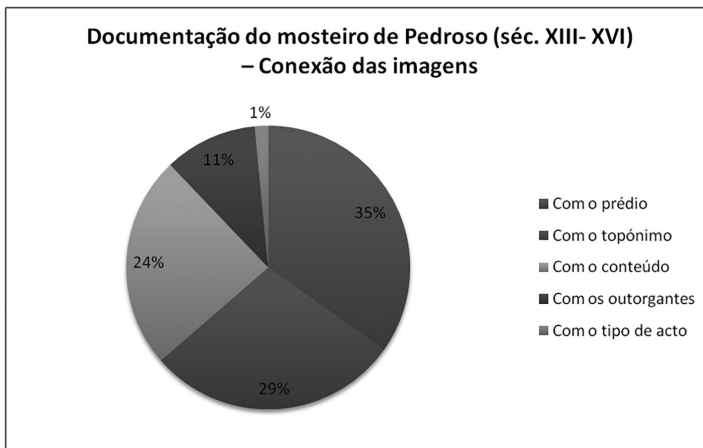
Sabendo nós que o símbolo, na Idade Média, se constrói em termos analógicos, na correspondência entre uma coisa e uma ideia, procuraremos entender com que ideias expressas no sumário do documento dialogam os desenhos. Buscaremos a relação entre o material e o imaterial, entre o objeto significativo e a ideia significada, para tentarmos alcançar a sua inteligibilidade. Seremos, no entanto, extraordinariamente cautelosa, ou, se quisermos dizer de outro modo, contida na imaginação. Desconhecemos, pois, o sentido expresso entre o sumário e o desenho na maioria (61,6%) dos documentos. Neste caso as imagens corporizam-se, no geral, em figuras geométricas, cujo sentido de todo não alcançamos ou noutras sobre as quais não queremos arriscar qualquer interpretação por insuficiente fundamento. Algumas figuras assemelham-se muito aos múltiplos sinais dos tabeliões com que o cartorário se deparou na sumariação das cartas, ainda que nunca imite aquele que justamente se encontra no documento em que apõe o desenho geométrico. Em certos casos perguntamo-

³⁸ Fizemos uma rápida investigação no fundo de Pedrosa existente no Arquivo da Torre do Tombo, tendo aliás visto os documentos por microfílm, o que, dado os sumários estarem por vezes bastante sumidos, nos oferecem uma difícil leitura. Verificámos, então, que este cartorário, como seria de esperar, também sumariou alguns e neles continuou a acrescentar letras e figuras. Nos desenhos que nos foi dado decifrar, destacamos, nos maços 5 a 9 que consultámos, como novidade, mais uma cara, por certo de um homem, um pé, uma balança e um animal de proporções muito superiores às dos demais. Surgem, com frequência, figuras geométricas e imagens de casas e fortificações ou de indole religiosa, algumas como que quase iguais em diferentes documentos.

³⁹ A etimologia e valência do símbolo é analisado por Michel Pastoureau, no artigo “Símbolo”, in *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, dir. Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, trad. bras., vol. II, S. Paulo, Imprensa Oficial SP-EDUSC, 2002, p. 495-510 (citação p. 495). Veja-se, para maiores desenvolvimentos, *Enciclopédia Einaudi*, vol. 31: *Signo*, Lisboa, INCM, 1994.

-nos se não poderíamos estar a lidar com os símbolos que se ostentariam nas bandeiras e emblemas dos concelhos e lugares, ou que se inscreviam nas marcas que lindavam as propriedades, o que só uma investigação profunda dos tombos e documentação, aliada a um atento levantamento arqueológico no terreno, nos poderia eventualmente comprovar.

Gráfico 3 – Documentação do mosteiro de Pedroso (séc. XII-XVI)
– Conexão das imagens



No conjunto dos 66 atos em que julgamos encontrar, com alguma solidez, uma relação entre o significante e o significado articulado no texto do sumário, verificamos que em 34,9 % dos atos a imagem ilustra o tipo de bem referido, em 28,8% há uma inter-relação com o topónimo, em 24,2% refere-se ao conteúdo e em 10,6% reporta-se aos outorgantes⁴⁰. Diga-se que para atingirmos estas linhas explicativas tivemos por vezes a ajuda de letras, já que em certos casos associadas ao desenho aparecem siglas e palavras abreviadas.

Passemos a explicitar um pouco mais estas associações. No que diz respeito aos prédios, a maioria das imagens alude às igrejas a que o documento diz respeito. Por exemplo, constando o ato de um acordo sobre a igreja de Vila Cova de UI, o cartorário desenhou uma vieira e um bordão⁴¹ (fig. 9). Na realidade

⁴⁰ Num caso ilustra simultaneamente o conteúdo e o tipo de ato. Saliente-se que António Machado de Assis de Pina Cabral, *ob. cit.* p. 11-12 também procurou as correlações das marcas, como lhes chamou, aos documentos, e admitiu que as mesmas se conotavam essencialmente com os estipulantes e lugares, embora também tivesse admitido que algumas pudessem ser símbolos.

⁴¹ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 86.

o orago da igreja é Santiago e estas são, como bem sabemos, as insígnias do santo. Ainda mais imbuída de simbolismo é a imagem de uma cruz em X, acompanhada por um *a* de cada lado, aposta num documento referente à igreja de Santo André de Macieira de Cambra. Cremos ver nela um referente ao suplício de Santo André, o orago, naquele tipo de cruz⁴² (fig. 10). Mas na maioria dos casos são cruzeiros a par de cálices e até uma jarra com flores que identificam igrejas⁴³. Prédios comuns como casarias assinalam-se justamente com casas ou construções similares⁴⁴. Numa ligação ainda mais concreta, uma mó dá visibilidade à azenha de que trata a carta⁴⁵ (fig. 11).

Quando se trata de topónimos, muitos deles ligados a árvores ou plantas – Silvados⁴⁶, Loure⁴⁷ – encontramos imagens que procuram reproduzir tais árvores ou plantas. Se o casal se designa Ribeiro encontramos a água a identificá-lo⁴⁸ (fig. 12), enquanto o porto de Lavadores, na embocadura do Douro, é evocado, como parece, por um ancoradouro⁴⁹ (fig. 13). Se o topónimo tem o nome de Pedras também por estas é figurado⁵⁰ (fig. 14), como o de Oleiros é assinalado com uma peça de olaria (fig. 15)⁵¹. Noutros casos, quando os lugares se encontram em territórios como Alafões ou Feira, desenham-se imagens de torres e fortificações⁵² (fig. 16). Mas a imagem poderá aludir também à ideia contida no próprio topónimo, como quando uma serpente, símbolo do mal e do pecado, dá visibilidade ao casal designado Costa Má⁵³ (fig. 17).

A relação analógica com algum elemento do conteúdo do documento é ainda mais curiosa. Justamente naquele ato alusivo às freiras de Semide, o cartorário após o desenho de uma cara de mulher com um véu, o que nos remete para a figuração de uma freira (fig. 18). Já numa sentença outorgada por D. Pedro, para dirimir uma questão entre o mosteiro de Pedroso e o concelho de Gaia sobre o serviço de um rocim, é a imagem de um rocim que se visualiza⁵⁴ (fig. 19), como numa sentença em que se obrigava a pagar um foro de duas peixotas ao

⁴² AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 6.

⁴³ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 69; gav. 8-A, m. 3, n. 128, n. 140.

⁴⁴ AUC, Pedroso, gav. 9, m. 4, n. 201.

⁴⁵ AUC, Pedroso, gav. 11-A, m. 5, n. 125.

⁴⁶ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 211.

⁴⁷ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 108.

⁴⁸ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 179.

⁴⁹ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 94.

⁵⁰ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 95.

⁵¹ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 167.

⁵² AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 78.

⁵³ AUC, Pedroso, gav. 16, m. 8, n. 143.

⁵⁴ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 184.

mosteiro se inscreve um peixe⁵⁵ (fig. 20). Também numa doação ao mosteiro de um bem, que devia sustentar o encargo de alumiar uma lâmpada, é este mesmo objeto que se vê desenhado⁵⁶ (fig. 21).

Para dar forma ao sumário: “prazo do casal de Almeara e Varzea”, numa combinação de sinais e símbolos com letras e palavras, apresentam-se duas caras adossadas, como se de Jano se tratasse, o guarda das portas, que abre e fecha, o deus das transições e das passagens do cosmos e dos homens, ladeadas por um *a* e um *u* (=v)⁵⁷ (fig. 22). Igualmente plena de simbolismo é a imagem que vemos a ilustrar a doação que Sancha Fernandes fez a sua irmã Inês, monja de Arouca⁵⁸. O sumário refere o tipo de ato, as intervenientes, o número de bens doados e a sua localização. Mas a âncora que nele se desenha aponta-nos para referentes religiosos de fé, fidelidade e esperança, que devem estar relacionados com outro elemento do conteúdo da carta, não explícito no seu resumo⁵⁹ (fig. 23). Na verdade, depois da morte da monja, os casais passariam a uma sua criada e esta devia por fim doá-los ao mosteiro de Pedroso para aniversários, e daí a simbologia religiosa do signo.

Com algumas dúvidas, arriscamos admitir que no caso de duas sentenças a alusão a estes atos se expresse uma vez por um cutelo (fig. 24) e noutra por setas, remetendo para a ideia do imperativo mando judicial⁶⁰. Noutra, cujo sumário diz apenas: “faz ao casal de Milheyros”, tratando-se da venda do usufruto de um prédio ao mosteiro, que já lhe havia sido doado mas com reserva de usufruto, admitimos que a bandeira nele desenhada signifique a liberdade, consentânea com a plena posse do bem pela casa monástica⁶¹ (fig. 25).

Mais rara é a ilustração dos outorgantes do ato, mas bem significativa. Assim, envolvendo a *actio* o abade do mosteiro de Bustelo e o abade de Pedroso, este cartorário desenhou duas mitras, que simbolizavam a sua autoridade, ladeadas

⁵⁵ AUC, Pedroso, gav. 11-A, m. 5, n. 122.

⁵⁶ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 138.

⁵⁷ AUC, Pedroso, gav. 9-A, m. 5, n. 240.

⁵⁸ Trata-se de Sancha Fernandes Gata e de sua irmã Inês Fernandes Gata. Sobre esta monja de Arouca, leia-se Dina Carla Ferreira de Sousa de Almeida, *O mosteiro cisterciense de Arouca: comunidade e património (1300-1317)*, Coimbra, FLUC, 2003 (dissertação de mestrado policopiada), p. 40-41.

⁵⁹ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 97.

⁶⁰ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 150 (aqui cutelo); gav. 7, maço único, n. 16 (aqui setas, que talvez anunciem, depois de uma inquirição realizada pelo juiz da Feira aos homens de Silvade sobre os limites de propriedades entre eles e o mosteiro, a sentença a pronunciar pelo monarca).

⁶¹ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 46.

pelas iniciais *b* e *p*⁶² (fig. 26). Muitas vezes as cartas régias – de D. Fernando⁶³ e D. João I⁶⁴ – surgem figuradas com os atributos da realeza, por meio de um brasão onde se inscrevem as cinco quinas (fig. 27). Bem sugestivos no seu significado são, porém, os muitos emblemas ou símbolos heráldicos que este cartorário espalha por diversos documentos, a exigir uma atenção por parte dos especialistas de heráldica. Tendo o mosteiro de Pedroso um enorme contencioso com os seus padroeiros, várias cartas, algumas delas régias, reportam-se a esta temática, seja acusando genericamente os abusos da fidalguia, seja pleiteando com algum nobre em particular. Tais documentos aparecem ilustrados, por via de regra, com brasões, desenhados muito esquematicamente, o que dificulta ainda mais a sua atribuição. Quando se enumeram vexações, em geral o brasão devia estar a apontar o dedo a alguma família, tomando-se, como numa sinédoque, a parte pelo todo, o que é bem característico do simbolismo. Tratando-se de questões mais específicas, como aquela que o mosteiro enfrentou com Estêvão Dias, filho de Diogo Gil do Avelar, o brasão apostado, em que se inscrevem faixas paralelas, é exatamente o da família Avelar⁶⁵ (fig. 28).

Relembremos ainda, como já apontámos, que por vezes se seguiam ao sumário apenas letras ou palavras, maiúsculas ou minúsculas. Neste caso é o topónimo que particularmente se evidencia (em 30 atos) com a repetição do mesmo (ex: GVISANDI)⁶⁶ (fig. 29) uma sílaba inicial (ex: PA, para o caso de Paramos)⁶⁷, ou letras simples ou repetidas (ex: BB, para Balteiro)⁶⁸. Ainda que muito mais esporadicamente as letras podem também aludir ao conteúdo⁶⁹, aos outorgantes⁷⁰ ou ao tipo de ato⁷¹, sendo o sentido de umas quantas também desconhecido. E se as letras surgem em alguns casos isoladamente, noutros acumulam-se aos desenhos, como referimos, geralmente conjugando-se na explicitação dos topónimos. Mas também pode haver dissociações, reenviando num ato a letra E nele grafada para o tipo de ato, um emprazamento, e a espada nele desenhada para o fidalgo que é o recebedor do contrato⁷².

⁶² AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 12.

⁶³ AUC, Pedroso, gav. 9, m. 4, n. 230.

⁶⁴ AUC, Pedroso, gav. 9-A, m. 5, n. 256.

⁶⁵ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 105.

⁶⁶ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 104.

⁶⁷ AUC, Pedroso, gav. 6, m. 2, n. 116.

⁶⁸ AUC, Pedroso, gav. 16, m. 8, n. 142.

⁶⁹ Assim acontece numa sentença sobre um penhor.

⁷⁰ Assim Dom ilustra o doador, Domingos Anes (AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 68).

⁷¹ Como um D, apostado numa doação ao mosteiro (AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 8).

⁷² AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 49.

4. Perguntemo-nos agora – qual o intuito deste cartorário ao apor estes desenhos, palavras ou letras? Cremos que se trata de cotas alfabéticas e ideogramáticas, como as designa Peter Rück⁷³, que serviriam para uma rápida e simples acessibilidade das espécies documentais. São *signa*, um velho sistema de “repérage-marquage”, como escreve Olivier Guyotjeannin, que exprimem a alteridade de um documento face a um outro⁷⁴. Não existe, no entanto, uma uniformidade de marcações, mas esta sistematização e racionalidade não é característica do pensamento medieval, como sabemos, ainda que também nos possa escapar a cabal inteligibilidade das mesmas. De facto um mesmo topónimo ou o mesmo tipo de ato encontram-se ilustrados com desenhos diversos⁷⁵.

Este signo visual viabilizaria uma mais fácil busca do ato por parte deste cartorário, que teria certamente gosto pelo desenho. Talvez até preferisse bem mais esboçar formas que ler documentos e sumariá-los, dado que o faz de uma forma muito lacónica e pouco precisa⁷⁶. Mas, apesar de se conter nos textos, quase sempre deixa um desenho, que embora simples e rudimentar, lhe devia dar gosto traçar. Cremos, até, que nestes esboços poderia haver um certo sentido lúdico, porque algumas vezes julgamos mesmo perceber que o seu autor estaria a esboçar um humorado ideograma.

Assim num documento cujo sumário é: “doações trelladadas em pubrica forma d’Osolhoo termo de Vouga”, desenha um caracol com a sigla *S.* à direita⁷⁷ (fig. 30). Julgamos que o caracol surgiu do *O* do topónimo, que se completa com o *S.*, mas as voltas da concha do animal poderiam ironicamente aludir aos documentos que nele se “enrolam” (trasladam), arrastando a sua leitura, lentamente, como a de um caracol. Será que a nossa imaginação estará aqui a esquecer a sua irmã gémea, a razão? Continuamos, porém, a insistir no seu pendor chistoso, quando lemos o sumário: “confirmaçom de Villar de Andorinho

⁷³ Peter Rück, “Notes sur les cartulaires...”, cit., p. 198, 203; *L’ordinamento degli archivi ducali di Savoia...*, cit., p. 148.

⁷⁴ Olivier Guyotjeannin, “La tradition de l’ombre...”, cit., p. 83.

⁷⁵ Por exemplo, os documentos sobre *Elijó* são ilustrados por duas vezes com a mesma figura geométrica, noutro com uma alfaia agrícola e ainda em mais dois com letras, mas diferentes; *Oselhoo* apresenta um caracol ou uma estrela; *Melhundos* figura-se três vezes com diversas alfaias agrícolas e uma outra com letras; Lavandeira, identifica-se com uma cruz, um brasão ou peixes; Alheira representa-se, em quatro documentos, com um sinal geométrico, e três plantas distintas; Santiago de Riba-Ul mostra-se com uma vieira e bordão, uma vieira e uma figura geométrica. É evidente que os atos são de natureza vária e a imagem dialoga, como vimos, com diversas variantes, mas em nenhum dos casos há uma constante identificadora por parte dos desenhos ou signos. Também já António Machado de Assis de Pina Cabral, *ob. cit.*, p. 13 assinalava esta ideia.

⁷⁶ António Machado de Assis de Pina Cabral, *ob. cit.*, p. 13 afirma que o cartorário demonstrava ignorância das letras passadas ou muita preguiça.

⁷⁷ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 47.

em latim” e vemos inscrito numa tira enrolada *SPQR*, abreviatura de *Senatus Populusque Romanus*, que remete para uma evocação, quase inconsciente e um pouco jucosa, à língua em que o documento está escrito, o latim⁷⁸ (fig. 31). Do mesmo modo o topónimo *Scadavada*, que por certo se refere a Escavada, surge graciosamente ilustrado com um coelho, que parece escavar terra ou pedras (fig. 32)⁷⁹.

E até com as letras demonstra uma certa inclinação para o jogo, para o enigma. Recorre então por vezes às letras incrustadas. Nuns casos de descodificação fácil, como quando vemos as maiúsculas *PV*, com um pequeno *o* minúsculo na barriga do *P*, para aludir a Pousada⁸⁰ (fig. 33), ou num outro, já um pouco mais elaborado, quando apõe um *O* com dois círculos e dentro deles um *a* minúsculo para designar o nome da igreja, Olaia, e talvez o tipo de ato, uma apelação⁸¹. (fig. 34). Bem mais crípticas são as letras *O* seguidas de um acoplamento de outras num único signo gráfico, em que poderemos ver, um *F*, um *B* e um *P* ou um *F*, um *r* e um *P*.⁸² (fig. 35). E se o sumário nos diz apenas: “sentença de hum frade do mosteiro que tynha a igreja de Sexezello”, será o conteúdo do ato que, muito implicitamente, se condensa neste sinal. Na realidade o prior da igreja havia sido primeiro um franciscano e daí que alguns “murmurassem” que por constituição pontifícia os Frades Menores de S. Francisco não podiam ter benefícios com cura de almas. Mas o dito franciscano tomara o hábito de S. Bento no Mosteiro de Pedroso e como tal havia sido confirmado naquela igreja pelo bispo do Porto⁸³. Logo o *O* será de Ordem ou Observância e o *FB*, de franciscano e beneditino, ou *Fr* de Franciscano, sendo o *P* de Pedroso.

Por sua vez o documento sumariado como “citaçom pera se demarcarem termos de Lourosa” apresenta um sinal fechado que contém as letras *L* e *R* invertidas, com uma cruz deitada saindo da reentrância do *R*, o que assinalaria a demarcação dos lugares de Rouge e Lourosa entre o mosteiro e um cavaleiro⁸⁴ (fig. 36).

⁷⁸ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 182.

⁷⁹ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 163.

⁸⁰ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 66.

⁸¹ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 186. O sumário do documento é: “apelaçom em latim interpostra por parte de Santa Olaya do Valle que he do mosteiro de Pedroso”.

⁸² AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 119.

⁸³ Alude-se à constituição do Papa Clemente (Clemente V, 1305-1314), que impedira a posse de tais benefícios por franciscanos, mas refere-se que a mesma só foi aprovada e publicada pelo papa João (João XXII, 1316-1334), sendo a sentença de 26 de Janeiro de 1331. Acresce que o documento menciona más vontades e murmurações contra este reitor da igreja de Macinhata de Seixezelo, Pedro Anes.

⁸⁴ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 62.

Este cartorário, que se comprazia em desenhar signos e ideogramas com imagens, e letras de códigos criptográficos, seria, por certo, monge de Pedroso, mas cuja identidade desconhecemos. Religioso sem nome e sem data. Apenas poderemos dizer que a partir de 1533 não vemos mais os seus sumários nem os seus desenhos⁸⁵, parecendo-nos que a sua escrita nos remete para um arquivista do mosteiro, que trabalhava neste labor de sumariação, mas também de arrumação, nas primeiras décadas de Quinhentos. Na verdade, em alguns casos, por entre os muitos vestígios de dobragens que possuem as cartas, conseguimos verificar perfeitamente que, depois de escrito este sumário, o documento era dobrado várias vezes na vertical e depois horizontalmente até ficar reduzido à forma final de um pequeno retângulo, onde tal sumário se distinguia no seu exterior (fig. 37). Depois de dobrados, os escritos seriam comumente guardados em sacos, escanos ou arcas, ou, no caso de uma arrumação mais especializada e fixa, em gavetões e armários.

Se este cartorário considerava repetidos e cansativos estes trabalhos de classificar e guardar, ia-os suavizando, distendendo a mão e a pena a esboçar o que via, o que o rodeava, o que imaginava.

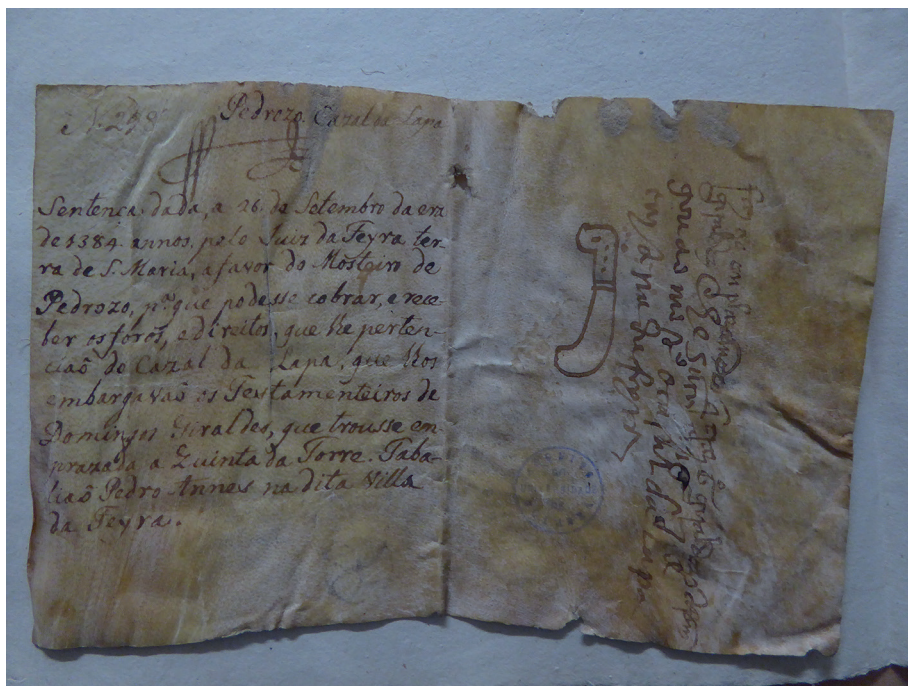
A lembrança de fixar no pergaminho objetos, seres e plantas devia chegar-lhe por meio de um olhar atento ao meio e ambiente que o rodeava. O traçado das suas formas poderia ser sugerido pelas imagens que se inscreviam em diversas fontes. Estaria habituado a fixar-se nas exuberantes figuras geométricas que constituíam os sinais dos tabeliões, que elaboravam muitos dos atos do espólio monástico, como não menos a atentar nos seus selos que exibiam no campo do anverso e reverso figurações múltiplas de profunda simbologia. Igualmente em códices e manuscritos, que porventura tivesse contemplado na casa ou fora dela, colheria inspiração nas letras iniciais profusamente ornamentadas e nas ricas iluminuras que os ilustravam, deparando-se com abundantes folhagens e molduras geometrizes, a par de alguns seres vivos e figuras humanas, identificadas nos seus atributos de santidade, profecia e poder. E assim iria repetindo e copiando, muito livre e rudimentarmente, desenhos e formas, respigados por diversos meios.

Torna-se pois curioso verificar que, no cuidado caderno da primeira metade do século XIII, de obras de arquitetura e figuras escultóricas do viajado mestre-de-obras Villard de Honnecourt – embora sem querermos admitir qualquer paralelismo ou conhecimento do mesmo neste caso – vejamos reproduzidas

⁸⁵ Diga-se que alguns outros desenhos se espalham pelos documentos do fundo de Pedroso, que não parecem ser da mão deste cartorário. Desconhecemos, porém, se lhe eram anteriores ou posteriores, ainda que sejam semelhantes às imagens que analisámos, podendo até este cartorário ter criado um certo “modismo” de desenho.

dignidades com a sua mitra (lam. 1), um cálice (lam. 8), um caracol (lam. 3), cavalos (lam. 16), um coelho (lam. 17), uma construção fortificada (lam. 7) ou até água (lam. 39), que o cartorário de Pedroso, na sua singeleza, também esboçou⁸⁶.

Este monge, este homem, usava a pena para traçar letras e desenhar formas. Formas que davam corpo a imagens falantes, de leitura mais imediata ou de simbologia mais complexa. Imagens, letras e símbolos, que por vezes exprimiriam mesmo um certo pendor irónico e jocoso do seu carácter. Ideogramas e *signa* em que se reveria e que depois o orientavam na sua responsabilizante, mas também solitária e monótona, tarefa de guardar, preservar, arquivar e acessibilizar a memória escrita da sua instituição.



86 Para um confronto consulte-se a obra de Villard de Honnecourt, *Cuaderno. Siglo XIII, a partir do manuscrito conservado na Biblioteca Nacional de Paris (n. 190939)*, apresentado e comentado por Alain Erlande-Brandenburg, Régine Pernoud, Jean Gimpel, Roland Bechmann, trad. espanhola, Madrid, Ediciones Akal, 1991. Agradecemos vivamente ao nosso Colega Doutor Francisco Pato de Macedo o conhecimento desta obra e a disponibilização do seu próprio exemplar.

Fig. 2 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 176

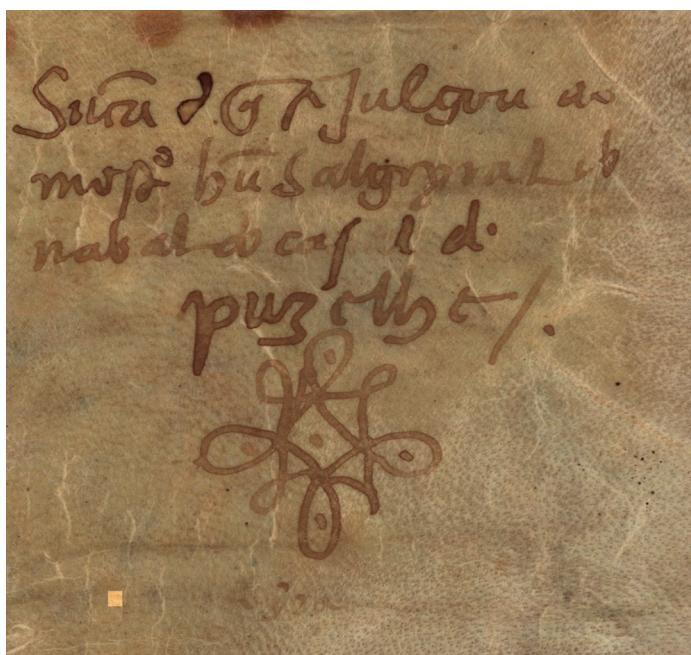


Fig. 3 – AUC, Pedroso, gav. 11-A, m. 5, n. 129

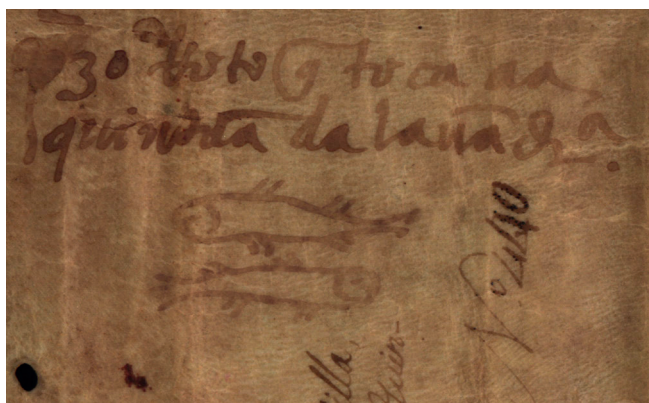


Fig. 4 – AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 16

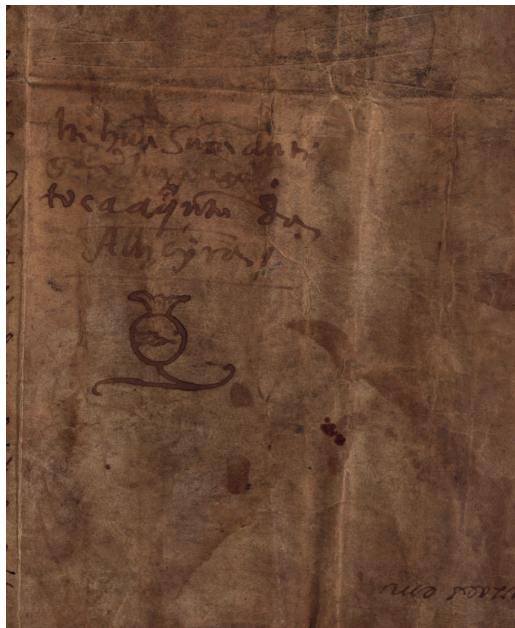


Fig. 5 – AUC, Pedroso, gav. 9, m. 4, n. 201



Fig. 6 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 48

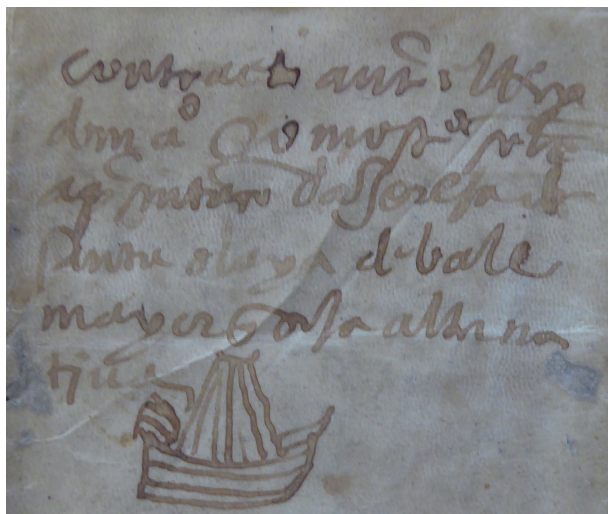


Fig. 7 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 128

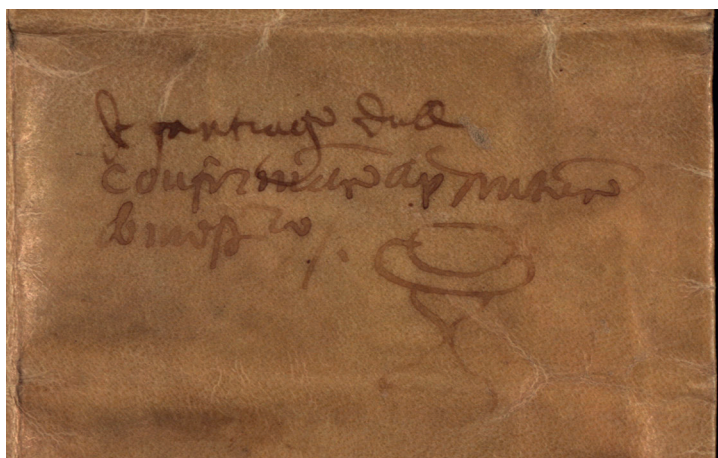


Fig. 8 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 132

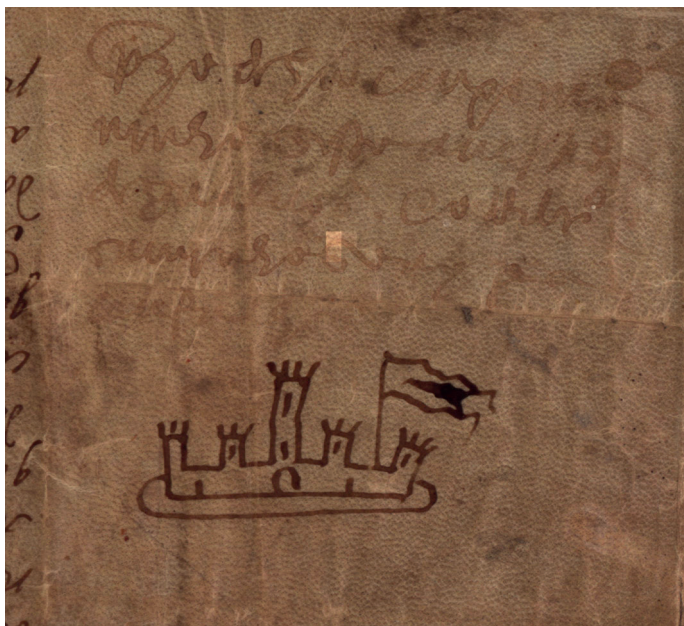


Fig. 9 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 86

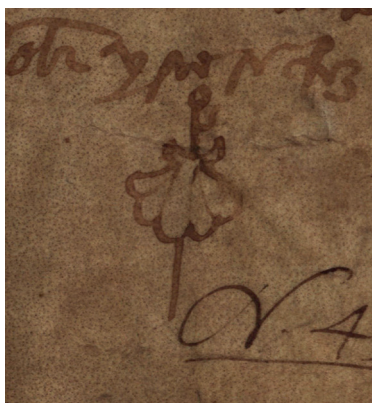


Fig. 10 – AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 6



Fig. 11 – AUC, Pedroso, gav. 11-A, m. 5, n. 125

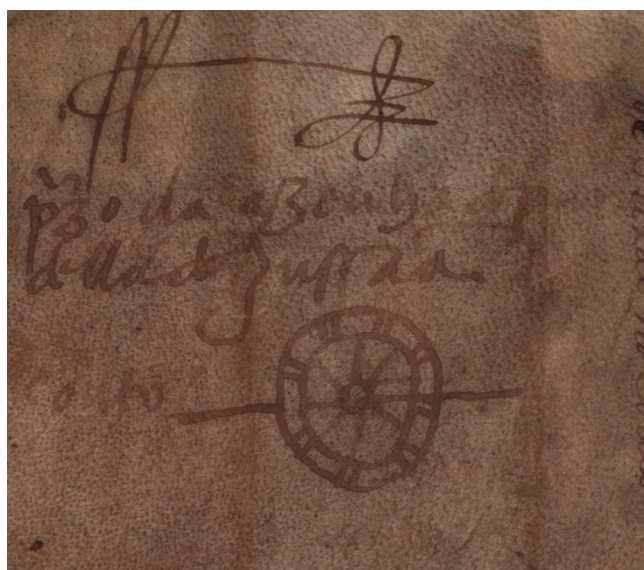


Fig. 12 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 179

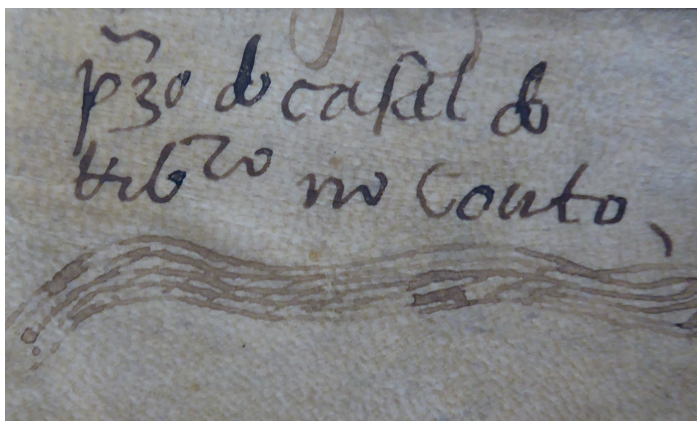


Fig. 13 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 94

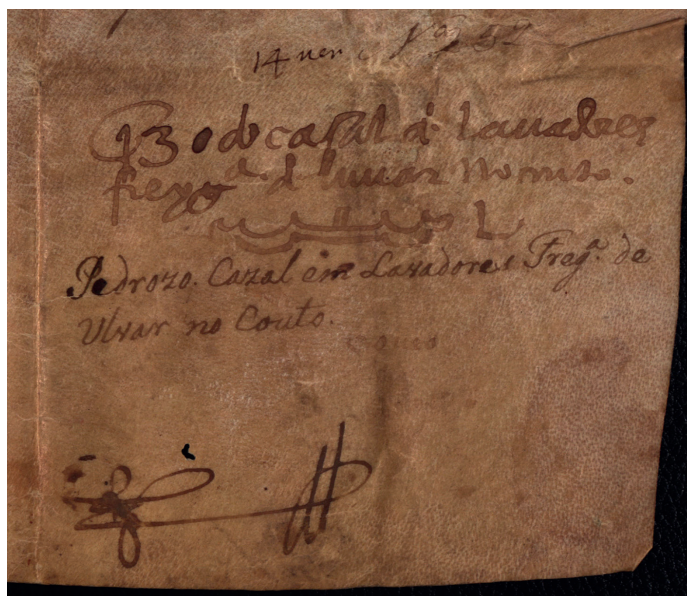


Fig. 14 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 95

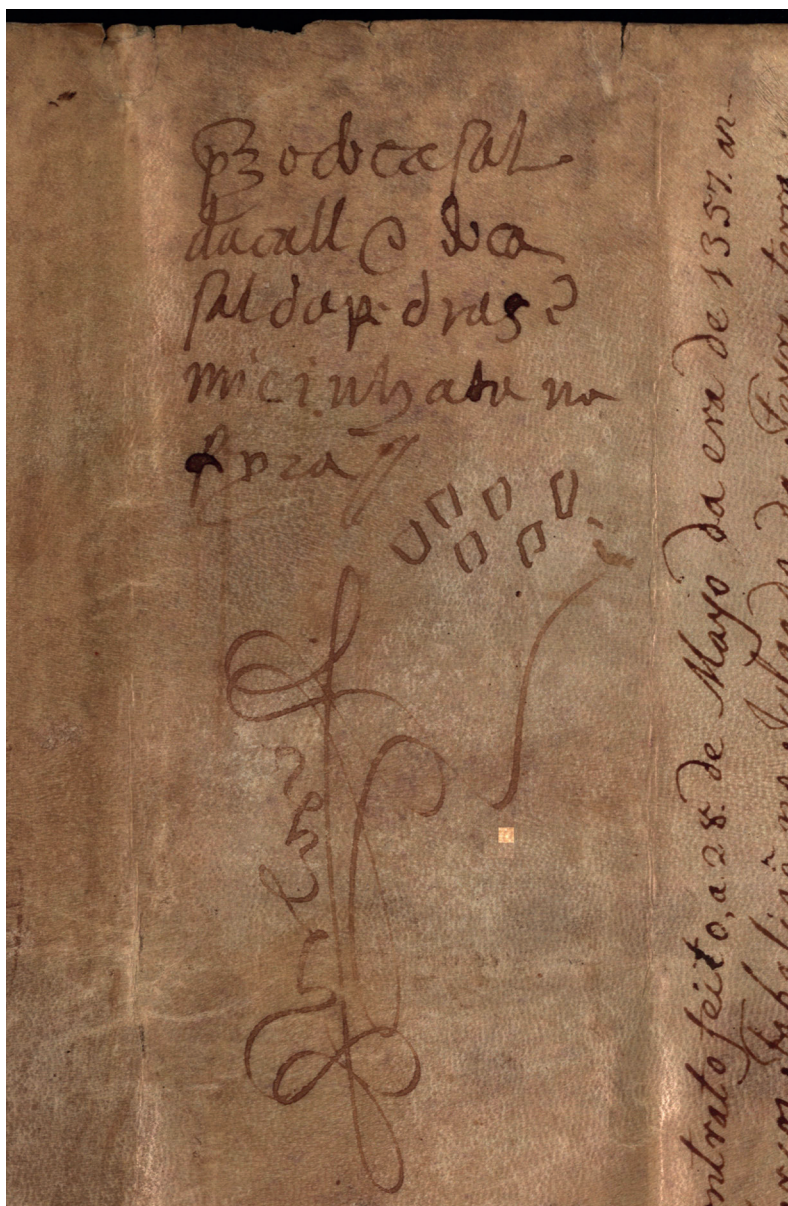


Fig. 15 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 167

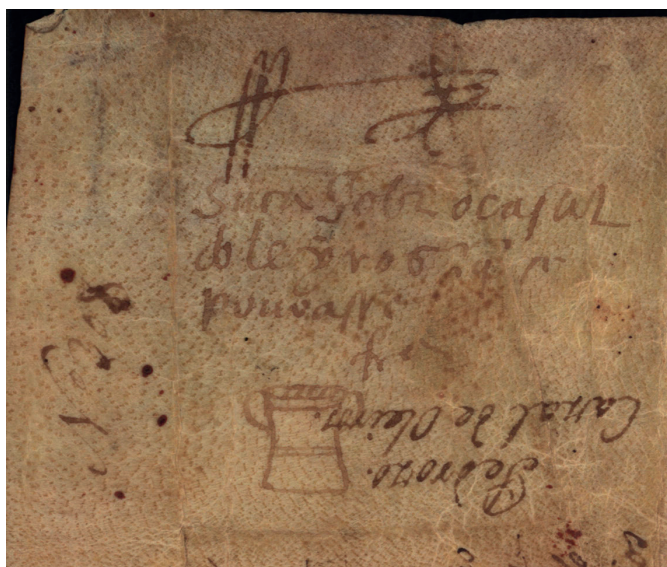


Fig. 16 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 78

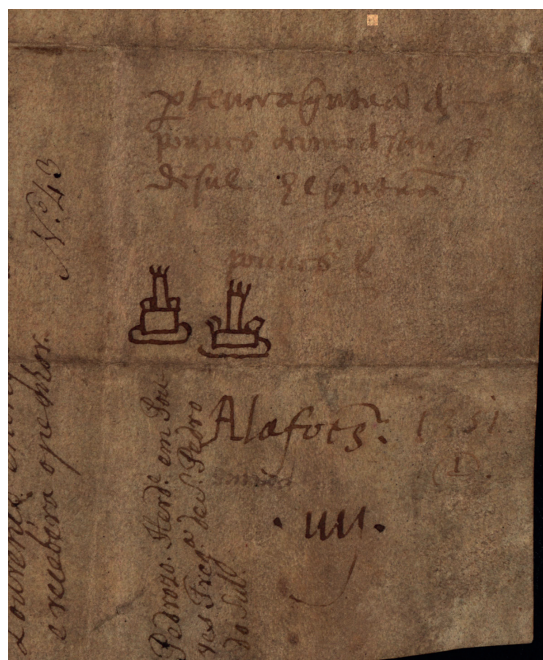


Fig. 17 – AUC, Pedroso, gav. 16, m. 8, n. 143

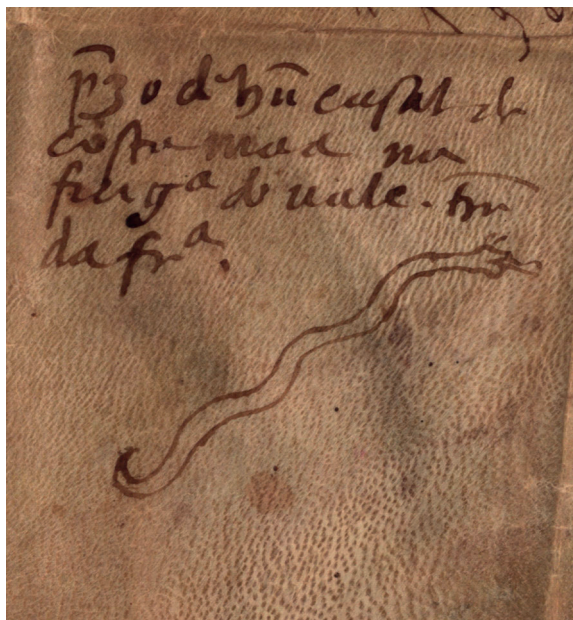


Fig. 18 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 25

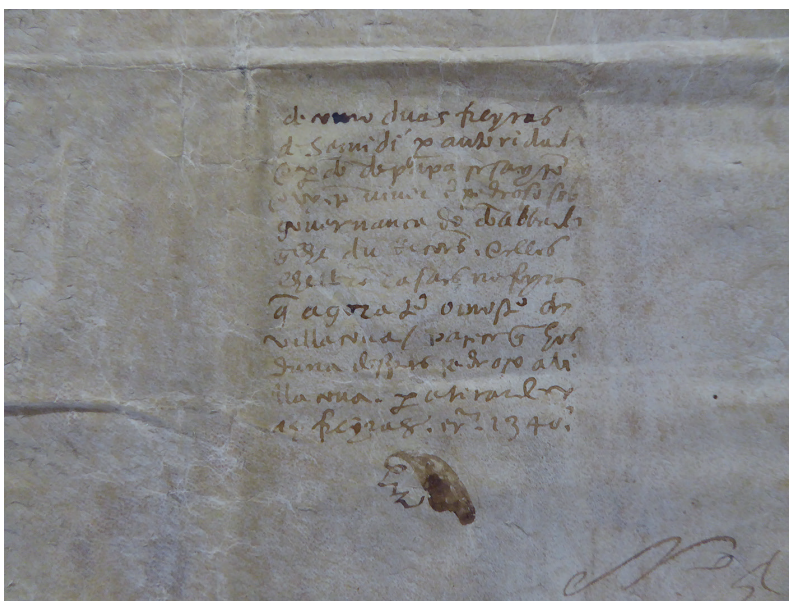


Fig. 19 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 184

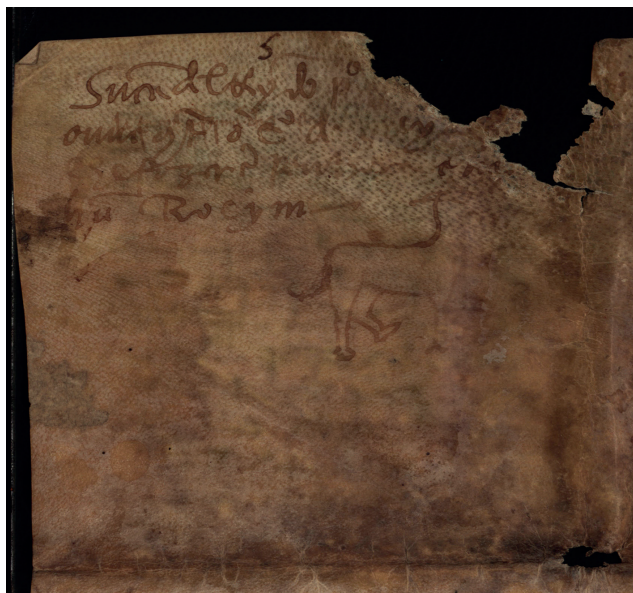


Fig. 20 – AUC, Pedroso, gav. 11-A, m. 5, n. 122

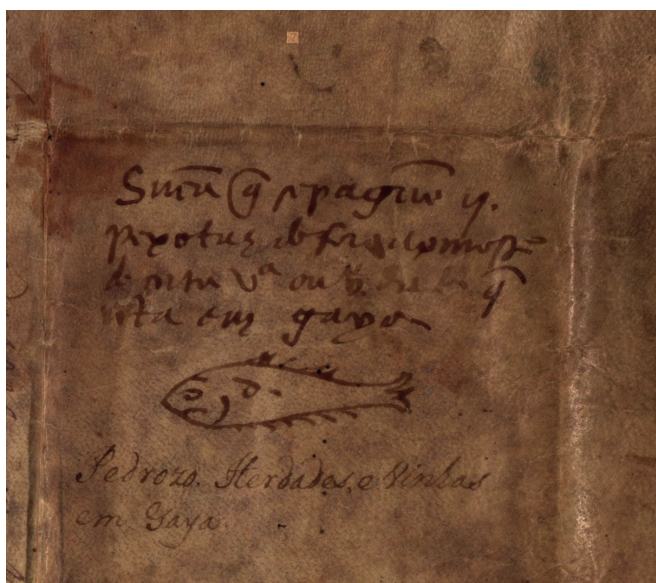


Fig. 21 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 138

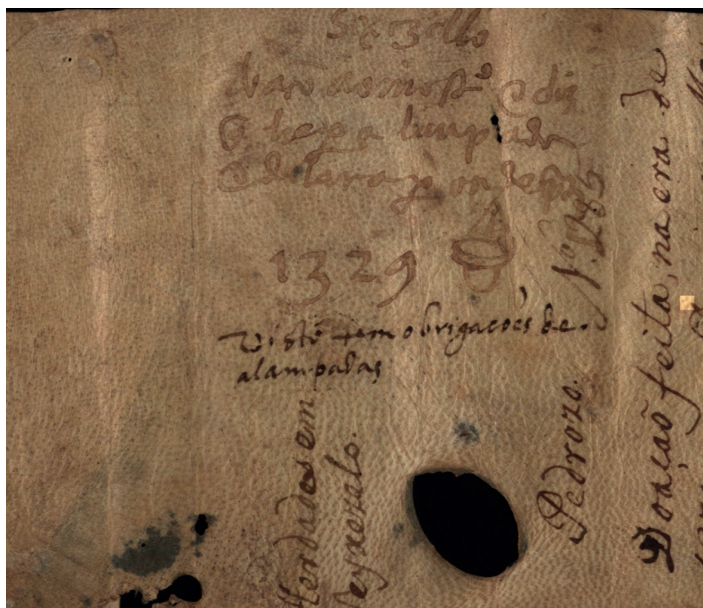


Fig. 22 – AUC, Pedroso, gav. 9-A, m. 5, n. 240

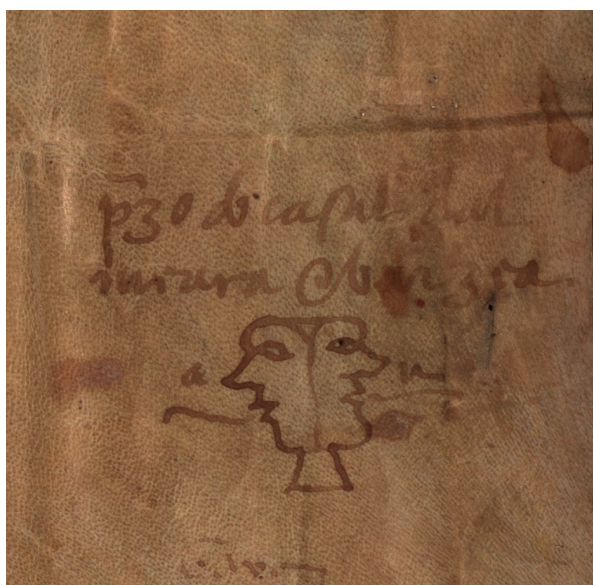


Fig. 23 - AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 97

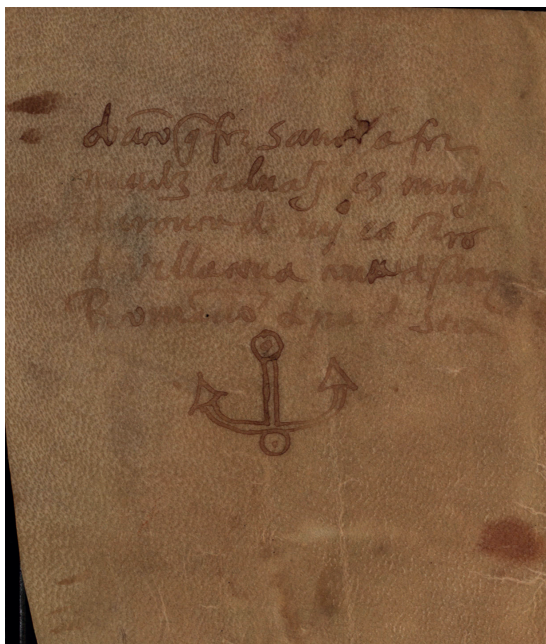


Fig. 24 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 150

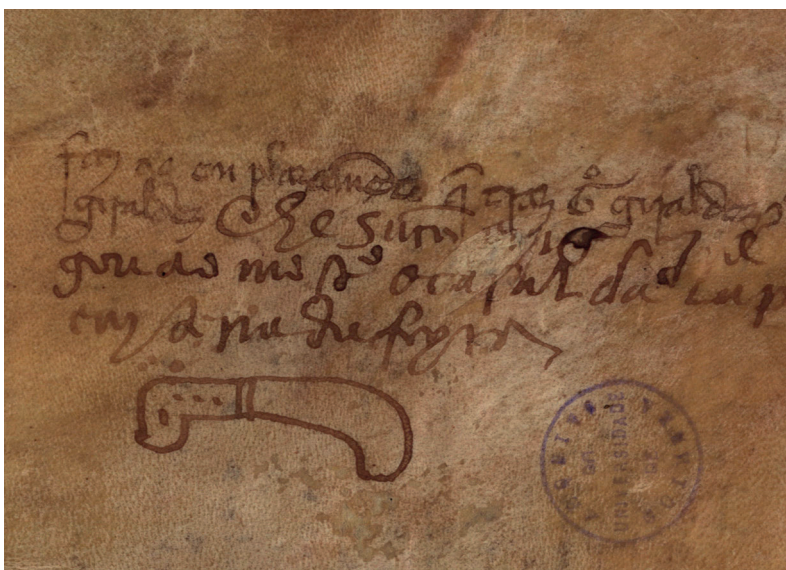


Fig. 25 – AUC, Pedroso, gav. 8 m. 2, n. 46

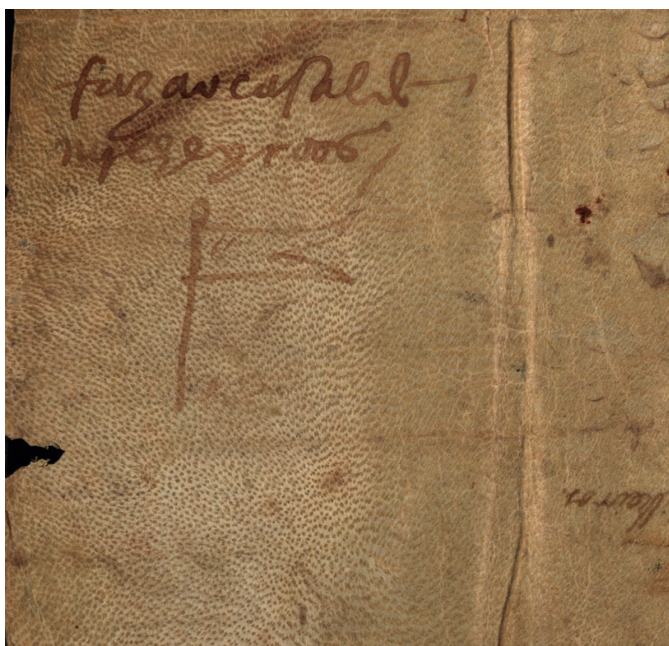


Fig. 26 – AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 12

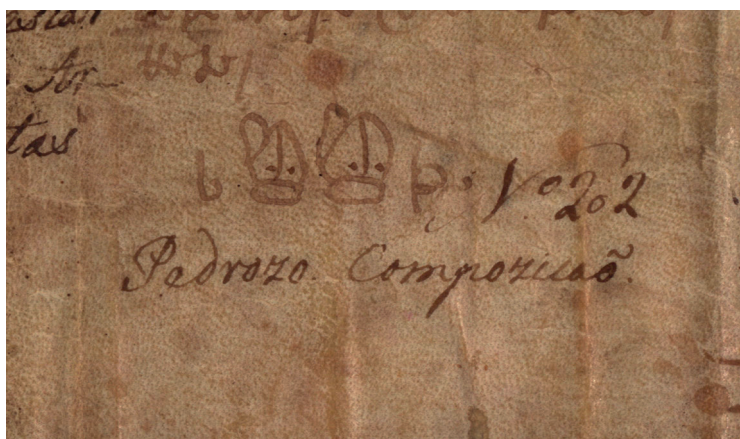


Fig. 27 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 4, n. 230

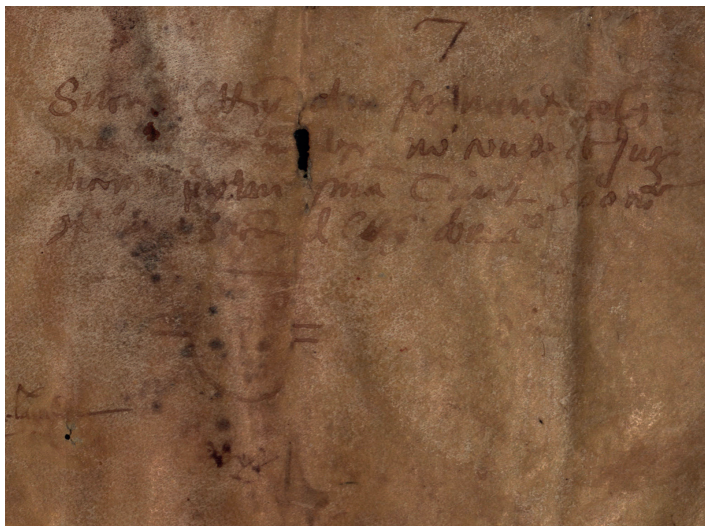


Fig. 28 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 105

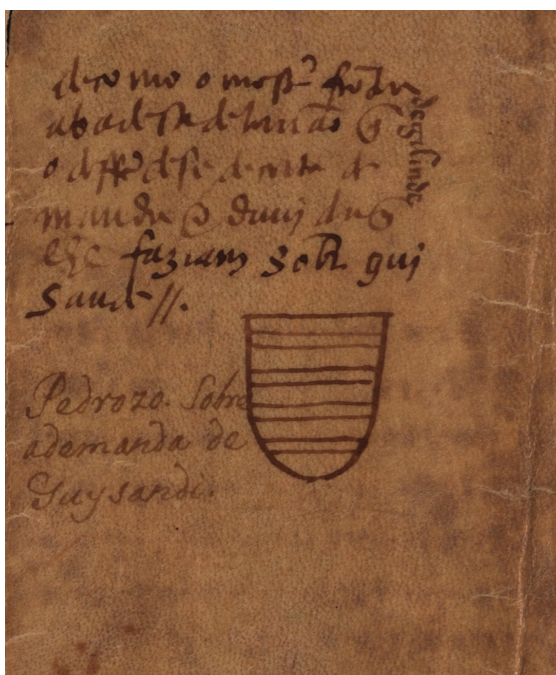


Fig. 29 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 104

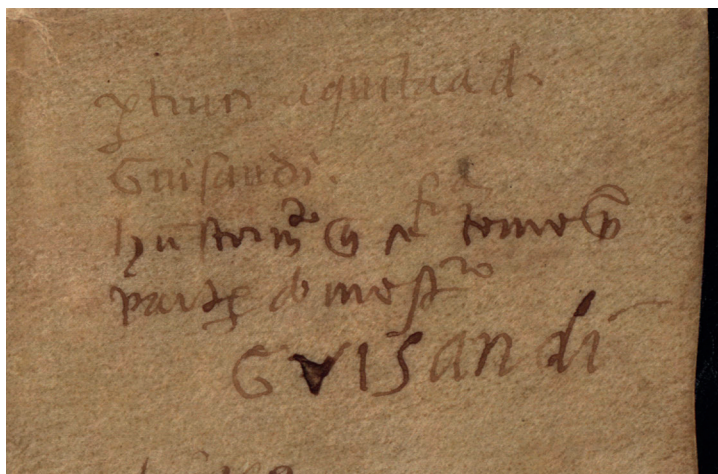


Fig. 30 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 47

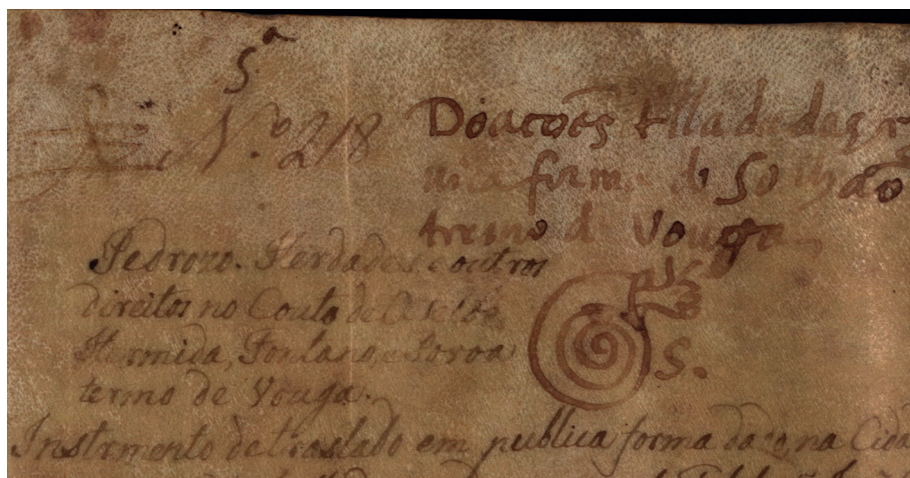


Fig. 31 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 182

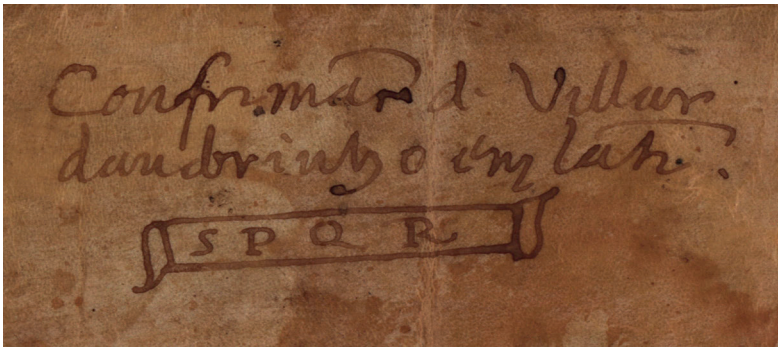


Fig. 32 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 163

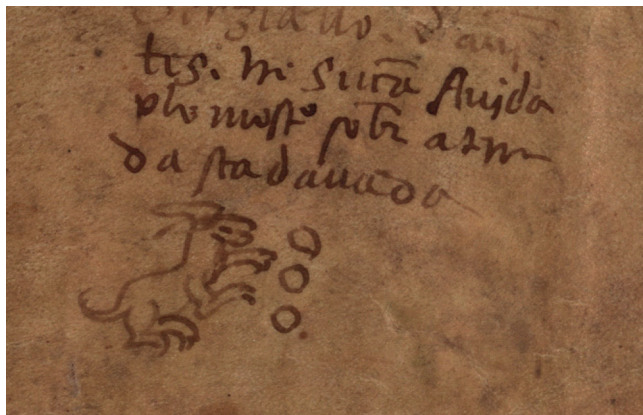


Fig. 33 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 66



Fig. 34 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 186

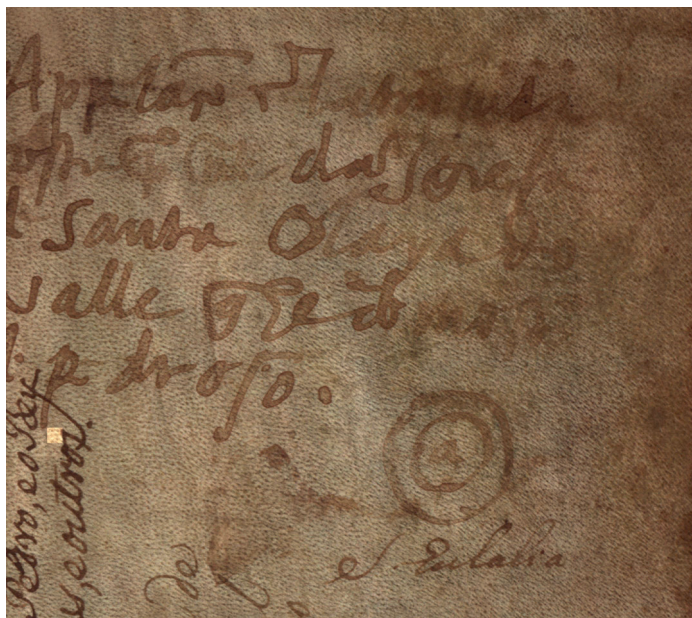


Fig. 35 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 119

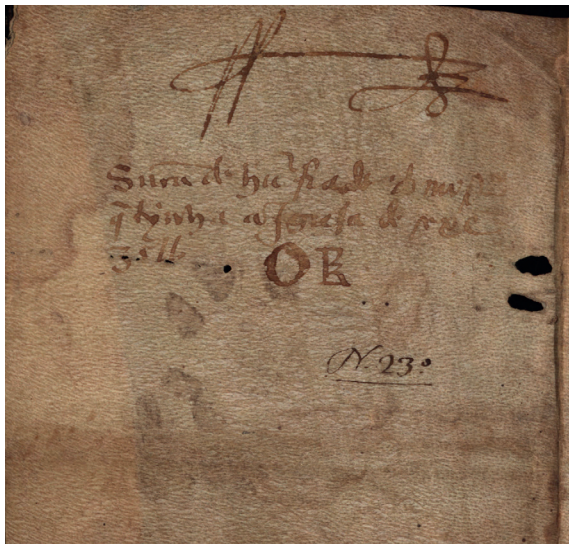


Fig. 36 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 62



Fig. 37 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 86

